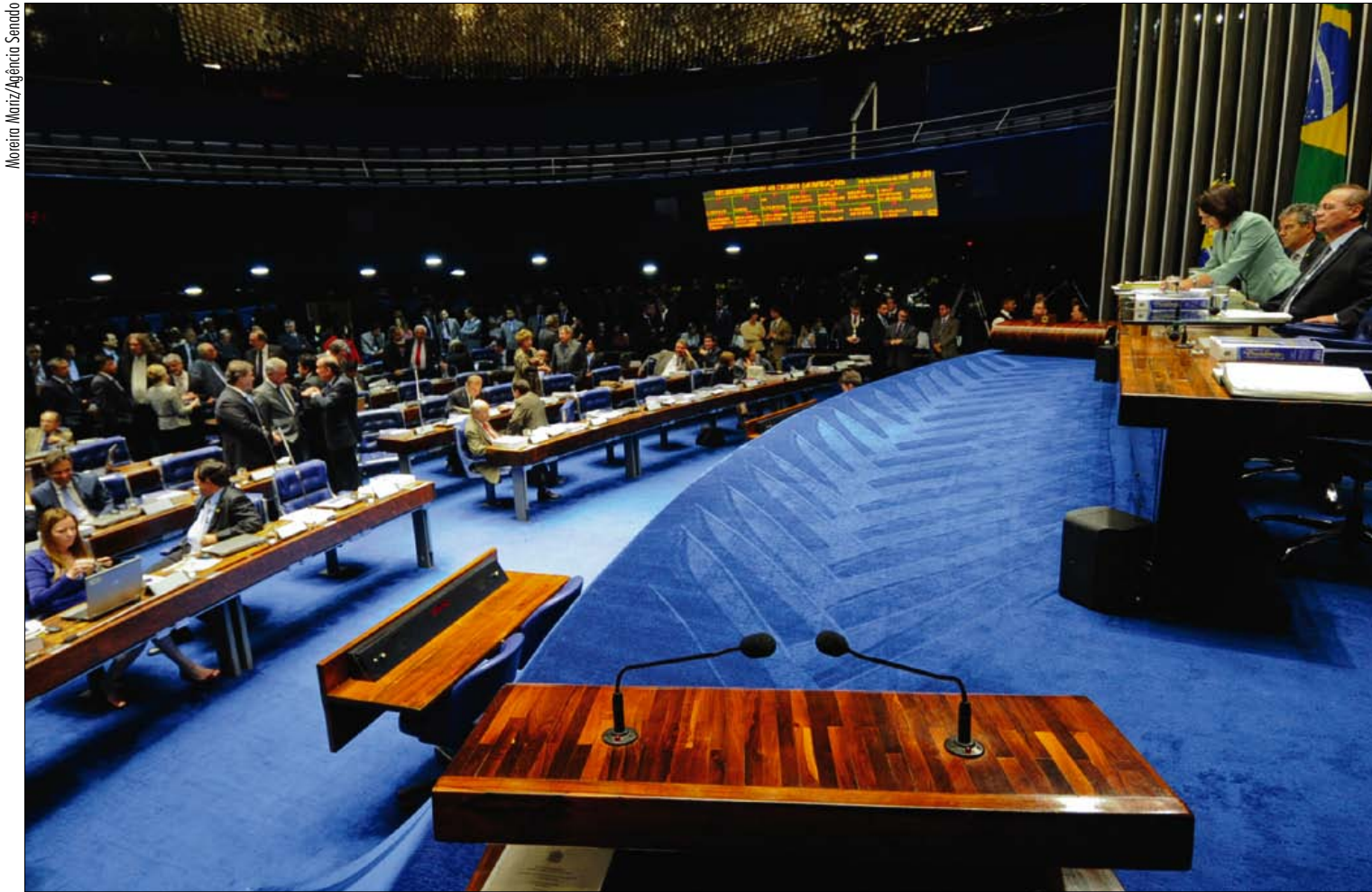




Plenário analisa projeto que define o crime de terrorismo



Moreira Mariz/Agência Senado

Destaque na pauta da semana, iniciativa prevê pena de 15 a 30 anos de reclusão por atos que provoquem pânico

Proposta da Comissão de Consolidação de Leis explicita o que passará a ser considerado crime de terrorismo. Críticos apontam intenção de reprimir protestos durante a Copa do Mundo, o que foi desmentido pelo relator, Romero Jucá. Plenário deve analisar antes MP com prazo vencido que abre crédito extraordinário para o Fies. **2**

Plenário do Senado também deve avaliar projeto que dificulta a aprovação de novas estruturas administrativas e órgãos públicos

Declaração de jornalista sobre “justiceiros” pode ser investigada **4**

Comissão debate hoje prevenção contra acidentes de trabalho **4**

Conselho examina proposta de gestão de qualidade para TV por assinatura **3**

Senadores defendem CPI do Transporte

Pedro Simon e Roberto Requião disseram que a Presidência da República pode estar pressionando a Mesa do Senado para

tentar inviabilizar a investigação na Casa sobre licitações e cartéis do transporte público. **3**



Tomaz Silva/Agência Brasil

O transporte coletivo nos maiores centros urbanos do país é o foco da comissão, já aprovada e à espera de instalação



Nova seção traz destaques da semana no Senado

O **Jornal do Senado** estreia hoje uma nova seção: “Aconteceu no Senado”. Todas as segundas-feiras, o leitor terá um resumo dos principais acontecimentos no Senado Federal e os destaques da atividade legislativa da semana anterior. **4**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI
Aposentadoria especial de pessoas com deficiência
Lei Complementar 142/13



Um justo direito para quem percorre esse caminho

O Senado aprovou a lei que reduz o tempo de contribuição e a idade para a aposentadoria de pessoas com deficiência.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei





Relator, Jucá diz que o texto não tem intenção de reprimir manifestações, mas modernizar legislação contra o terror

Senado analisa definição de crime de terrorismo

Projeto que descreve atos de terrorismo e prevê pena de 15 a 30 anos de reclusão foi elaborado pela comissão de consolidação de leis. Críticos a veem como instrumento de repressão a manifestações

A PAUTA DO Senado nesta semana tem como destaque projeto que define o crime de terrorismo. O PLS 499/2013, elaborado pela Comissão de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais, foi aprovado no final de 2013 e traz a seguinte definição de terrorismo: provocar ou infundir terror ou pânico mediante ofensa à vida, à integridade física, à saúde ou à liberdade da pessoa, com pena de 15 a 30 anos de reclusão.

Críticos do texto apontam intenção do governo de reprim

ir manifestações durante a Copa do Mundo de 2014.

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que votará contra o projeto. Para ele, o país não precisa de legislação especial em razão dos interesses da Fifa.

— Se há falcatruas do governo, se se pratica corrupção, se há irregularidades, se há incompetência, o povo brasileiro tem o direito, sim, de se manifestar e isso não é terrorismo — argumentou.

Relator do texto, Romero Jucá (PMDB-RR) nega intenção de reprimir manifestações

sociais. Para ele, ações de manifestantes que danificam patrimônio público e privado ou atos de violência já estão previstos no Código Penal.

— Relacionar tal projeto aos movimentos sociais é um equívoco. Nossa intenção é dar ao país uma lei moderna e dura contra o terror.

Antes de analisar a proposta, o Plenário deve apreciar a MP 626/2013, que abre crédito extraordinário para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e tem prioridade de votação.

Texto sugere novas regras para instituir órgãos públicos

Também na pauta está a PEC 34/2013, de José Agripino (DEM-RN). O texto dificulta a aprovação na Câmara e no Senado de projetos que ampliem a estrutura da administração pública federal.

A proposta prevê que órgãos públicos só poderão ser instituídos se autorizados em lei complementar, e não mais em lei ordinária. Para ser aprovado, um projeto de lei complementar exige pelo menos 41 votos no Senado e 257 na Câmara. A aprovação de projeto de lei ordinária requer maioria simples.

A pauta tem, ainda, a Medida Provisória (MP) 626/2013, que tranca as votações. O texto abre crédito extraordinário de R\$ 2,53 bilhões para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O programa oferece financiamento com juros baixos para estudantes em instituições de ensino superior privadas.

Comissões vão analisar mudança de indexador

Outro projeto que é objeto de controvérsia, a mudança no indexador das dívidas dos estados e municípios com a União (PLC 99/2013) só deve voltar ao Plenário em março, por ter sido enviado a duas comissões para exame de emendas. A proposta poderia ter sido votada nesta semana, mas o governo conseguiu adiar a definição, com a base impedindo a retirada das emendas apresentadas por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

O argumento é de que o momento não é adequado para a mudança, que, por reduzir os encargos das dívidas dos estados e municípios, afetará os recursos à disposição da União. Muitos senadores, especialmente os de estados com dívidas “impagáveis”, cobram o cumprimento de acordo firmado no fim do ano passado para a votação imediata no reinício dos trabalhos legislativos.

Comissão decide na quarta sobre MP que destina R\$ 24 bi ao BNDES

O relatório final sobre a medida provisória que libera R\$ 24 bilhões do Tesouro ao BNDES será votado quarta-feira pela comissão mista encarregada de emitir parecer sobre a matéria. A MP 628/2013 destina recursos para financiar projetos de investimento de longo prazo na área de infraestrutura e em outros segmentos considerados estratégicos pelo Executivo.

A MP também autoriza a União a encerrar o Fundo

de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (Funres), transferindo competências, direitos e deveres para outro fundo a ser instituído pelo governo do estado.

Depois de aprovado na comissão, o relatório, ao qual foram apresentadas 30 emendas, será votado pelos Plenários da Câmara e do Senado.

A comissão é presidida pelo deputado Luiz Sérgio (PT-RJ) e tem como relator o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Sessão de discursos

14h A sessão é destinada a pronunciamentos e comunicados da Mesa.

PRESIDÊNCIA Arcebispo do Rio

14h Renan Calheiros participa de reunião do Conselho de Comunicação Social do Congresso. Às 17h, recebe o arcebispo do Rio, cardeal dom Orani Tempesta.

COMUNICAÇÃO SOCIAL Imprensa

11h Reunião da Comissão Temática da Liberdade de Expressão, criada no âmbito do Conselho de Comunicação Social. Entre os temas, a segurança dos profissionais de imprensa.

CDH Acidentes de trabalho

9h A Comissão de Direitos Humanos debate prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

TERÇA

CMA Medicamentos fracionados

8h30 A Comissão de Meio Ambiente pode votar substitutivo a projetos que determinam a oferta de remédios na forma fracionada, conforme a necessidade.

CCT Identificação de prestadora

9h As companhias deverão identificar a prestadora de destino das chamadas feitas. É o que determina texto na Comissão de Ciência e Tecnologia.

CAE

Deficientes isentos de pedágio

10h Na pauta, projeto que isenta de pedágio carros dirigidos por pessoas com deficiência. Durante a reunião, haverá eleição do vice-presidente do colegiado.

CE Exames

11h A comissão pode examinar proposta que torna obrigatória a realização de exames oftalmológicos e auditivos nas escolas de ensino fundamental da rede pública.

CMO Prestação de contas

15h Na pauta, prestações de contas do governo federal, relatórios de atividades do Tribunal de Contas da União, ofícios e um projeto de decreto legislativo.

QUARTA

CI ANTT

7h30 A comissão analisa, entre outros itens, recondução de Jorge Luiz Macedo Bastos ao cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

CAS Atletas

9h Projeto faculta às empresas substituir a contratação de empregados pelo patrocínio de atletas com deficiência.

CCJ Velocidade limitada

10h Analisa, entre outros, texto que inclui o limitador de velocidade entre os equipamentos obrigatórios dos veículos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Direitos Humanos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Senadores criticam pressão para que CPI do Transporte não seja instalada

Presidência da República estaria atuando para inviabilizar a investigação do Senado, afirmaram Pedro Simon e Roberto Requião

OS SENADORES PEDRO Simon (PMDB-RS) e Roberto Requião (PMDB-PR) criticaram as pressões que a Presidência do Senado estaria recebendo da Presidência da República para inviabilizar a instalação da comissão parlamentar de inquérito que investigará o transporte público.

O número de assinaturas para a instalação da CPI do Transporte Público foi garantido ainda em dezembro. Desde então, a instalação do colegiado depende da indicação dos membros pelos líderes partidários.

O senador Pedro Simon lembrou que Porto Alegre está passando por uma greve de rodoviários que paralisa a cidade. Cenário semelhante é encontrado no Rio de Janeiro, que viveu dias de tumulto e de violência após protestos



Transporte público em Brasília: ônibus urbanos são o foco da CPI, cuja criação foi aprovada pelo Senado em dezembro

na região da Central do Brasil e no centro da cidade, na semana passada. Além disso, ressaltou o senador, a primeira mobilização dos jovens que foram para a rua em junho

foi desencadeada por causa do preço das passagens, e a sociedade espera uma ação do Senado sobre o assunto.

— Hoje [sexta-feira], no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, já estamos há dez dias sem transporte. O setor de transporte não obedece à determinação da Justiça que diz que, de acordo com a lei, tem de ter um percentual que preste o serviço. Não teve um ônibus que saiu para a rua — disse Simon.

Autor do pedido de criação da CPI, Requião citou o que seria a origem das pressões contra a comissão e conclamou o presidente do Senado, Renan

Calheiros, a não ceder.

— Quero tornar pública a pressão que a Mesa do Senado está recebendo do governo para inviabilizar a CPI do transporte urbano nas cidades do Brasil. Me disse meu informante, que é nada menos que o presidente Renan Calheiros, que a pressão está sendo fortíssima. Espero que ele resista, os partidos indiquem os membros, e a gente instale de uma vez a CPI — disse Requião.

Simon lembrou que, se partidos não indicarem os membros da CPI, como forma de inviabilizar o funcionamento, as indicações serão solicitadas diretamente a Renan.



Sociedade espera ação do Senado sobre transportes, argumenta Simon



Requião, autor do pedido de CPI, pede que Senado resista à pressão

Alvaro cobra promessas de Dilma e enumera problemas do país

Alvaro Dias (PSDB-PR) fez críticas ao governo e cobranças à presidente Dilma Rousseff para que ela cumpra as promessas de campanha e os compromissos assumidos nos três anos de mandato.

Tomando como base o pronunciamento feito pela presidente em rede nacional no fim de 2013, Alvaro enumerou problemas e contradições nas ações do governo. As contas públicas, segundo ele, estão sujeitas ao que chamou de "contabilidade criativa".

— O que estamos assistindo é o desapareço à verdade. É a afronta à nossa inteligência, com essa absurda tentativa de escamotear a realidade das contas públicas no Brasil, com números falaciosos na esperança de convencer o nosso povo de que o dinheiro está sendo aplicado com correção e responsabilidade — avaliou.

Para o senador, o pacto de responsabilidade fiscal proposto pela presidente ficou no papel. Alvaro condenou as despesas com estádios para a Copa de 2014. Os R\$ 28 bilhões

gastos, segundo ele, seriam suficientes para colocar na escola os brasileiros de 4 a 17 anos que estão fora dela.

Ao apontar problemas de infraestrutura, o senador criticou a ajuda brasileira para a construção de um porto em Cuba. Cobrou ainda as reformas política e tributária. Esta, para ele, não é feita por conta de uma visão imediatista e da falta de compromisso com o futuro.

— O que se vê na TV não é o que se vê no dia a dia do brasileiro. Este é um ano de eleição e o governo tem sido infeliz. Vem fracassando em quase todas as áreas da administração.



Senador cobra reformas estruturais e prestação de contas públicas

Figueiró exige respostas do governo sobre conflitos agrários

Em pronunciamento na sexta-feira, Ruben Figueiró (PSDB-MS) voltou a cobrar uma solução do governo federal para os conflitos agrários envolvendo índios e fazendeiros em Mato Grosso do Sul. Segundo o senador, que apresentou requerimento solicitando informações ao Ministério da Justiça sobre o processo de indenização aos proprietários da Fazenda Buritis, em Sidrolândia (MS), a omissão da Funai é uma das razões para a longevidade do problema.

— Propriedades privadas foram invadidas e esbulhadas por indígenas, isso por influência danosa de ONGs de diversos matizes políticos e religiosos e, pasmem, com ação e omissão da Funai.

A fazenda foi ocupada por comunidades indígenas que reivindicam a área para ser transformada em reserva. Conforme Figueiró, os conflitos entre agricultores e indígenas se repetem em pelo menos outras 80 áreas no estado.

Figueiró também pediu

que o governo federal libere mais recursos para a obra de dragagem do Rio Taquari. O assoreamento do rio é considerado um dos maiores desastres ambientais do país e pode trazer sérios riscos ao Pantanal, segundo o senador.

— A solução é fazer a dragagem do rio. Trata-se de um projeto que demandará recursos expressivos, mas que são necessários para salvar um dos ecossistemas mais importantes do planeta. Vamos continuar lutando para sensibilizar o governo federal a fazer investimentos necessários neste projeto — disse.



Figueiró diz que há disputa em mais de 80 áreas de Mato Grosso do Sul



Cardeal dom Orani Tempesta preside o Conselho de Comunicação

Conselho debate regulamento para TV por assinatura

O Conselho de Comunicação Social do Congresso se reúne hoje para debater a proposta de Regulamento de Gestão da Qualidade das Prestadoras dos Serviços de Televisão por Assinatura, enviado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

A proposta busca modernizar os instrumentos de proteção aos usuários e assinantes dos canais por assinatura a partir do estabelecimento de metas de qualidade que devem ser cumpridas pelas prestadoras do serviço. Também tem o objetivo de oferecer à Anatel instrumentos que permitam o acompanhamento e a gestão do cumprimento das diretrizes.

Entre os indicadores de qualidade, encontra-se o limite de 2% para a relação entre a quantidade de reclamações recebidas pela prestadora e o total de assinantes no mês correspondente. Da mesma forma, não pode ser superior a 2% o índice que registra as reclamações recebidas pela própria prestadora e aquelas recebidas pelos canais de atendimento da Anatel.

O novo regulamento prevê a realização de pesquisas de satisfação com os usuários dos canais por assinatura para que se registre a percepção dos consumidores a respeito da qualidade do serviço. As pesquisas comporão série histórica na qual poderão ser comparados os resultados ao longo do tempo. O descumprimento das normas previstas no regulamento acarretará sanções às operadoras de TV.

A proposta de Regulamento de Gestão da Qualidade das Prestadoras dos Serviços de Televisão por Assinatura substituirá o antigo Plano Geral de Metas de Qualidade, de 2005.

O Conselho de Comunicação é um órgão auxiliar do Congresso, de natureza consultiva, para assuntos relacionados à área de comunicação social. A reunião de hoje será a primeira do ano.

Ana Rita vê violação à lei em fala de jornalista

Presidente da CDH pede investigação sobre declarações de Rachel Sheherazade em telejornal do SBT, a respeito de adolescente que foi espancado por "justiceiros"

A PRESIDENTE DA Comissão de Direitos Humanos (CDH), Ana Rita (PT-ES), encaminhou ofício à Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo pedindo investigação e providências em relação à jornalista Rachel Sheherazade, do telejornal *SBT Brasil*, por violação aos direitos humanos e incitação à violência.

A apresentadora se envolveu em polêmica na terça-feira, depois de comentários sobre a prisão de um adolescente acusado de praticar roubos e furtos no Rio de Janeiro, feita por três homens no local. O rapaz foi espancado e depois preso pelo pescoço, sem roupa, a um poste. Para isso, os homens usaram uma trava de bicicleta. Os autores da agressão ainda filmaram a cena e divulgaram na internet. O jovem foi libertado depois que uma moradora chamou os bombeiros.

A apresentadora disse que o "marginalzinho era tão inocente que, ao invés de prestar queixa contra seus agressores, preferiu fugir antes que ele mesmo acabasse preso".

Ela buscou justificar a reação de "vingadores" às ações de criminosos. "No



Ana Rita considerou declaração uma incitação à violência

país que ostenta incríveis 26 assassinatos a cada 100 mil habitantes, que arquivava mais de 80% de inquéritos de homicídio e sofre de violência endêmica, a atitude dos vingadores é até compreensível. O Estado é omissivo, a polícia é desmoralizada, a Justiça é falha. O que resta ao cidadão de bem que, ainda por cima, foi desarmado? Se defender, é claro", afirmou.

No ofício, Ana Rita afirma que a jornalista, no "discurso enfático", motivou a reação da CDH porque "violou os direitos humanos e o Estatuto da Criança e do Adolescente e fez apologia à violência", especialmente ao afirmar que "a atitude dos vingadores é até compreensível". Ao documento, a senadora anexou nota de repúdio divulgada pelo Sindicato dos Jornalistas

Profissionais do Município do Rio de Janeiro. Para a entidade sindical, houve "grave violação de direitos humanos e ao Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros" nas declarações da âncora.

Direitos

A apresentadora se referiu ainda aos defensores dos direitos humanos. "O contra-ataque aos bandidos é o que chamo de legítima defesa coletiva de uma sociedade sem Estado contra um estado de violência sem limite. E, aos defensores dos direitos humanos, que se apiedaram do marginalzinho preso ao poste, eu lanço uma campanha: faça um favor ao Brasil, adote um bandido", disse.

Em nota, o SBT informou que a opinião dada no telejornal "é de total responsabilidade da jornalista e comentarista".

Comissão debate acidentes de trabalho

"O empenho dos poderes públicos no direito do trabalhador quanto à prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais" é o tema da audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove hoje, às 9h.

Também será lançada na comissão a cartilha da Norma Regulamentadora 36, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que estabelece regras específicas para o setor de frigoríficos, ao tratar da segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e processamento de carnes.

Para a audiência pública, foram convidados o representante do MTE, Leoclides Milton Arruda; o presidente do Grupo JBS, Wesley Mendonça Batista; o



Primeira audiência do ano na CDH foi requerida por Paim

presidente do Conselho de Administração do Grupo BRF S.A., Abilio Diniz; e o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins, Artur Bueno de Camargo.

Rotatividade

O setor frigorífico possui alta rotatividade de emprego e baixa escolaridade de trabalhadores, segundo o Departa-

mento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), sendo responsável por alto número de acidentes e doenças ocupacionais no país, ocasionados principalmente por extensas jornadas de trabalho, movimentos repetitivos e exposição à umidade e a variações bruscas de temperatura.

De acordo com dados do Ministério da Previdência Social, entre 2010 e 2012 foram registrados 61.966 acidentes no setor, com 111 mortes no mesmo período. Já o número de auxílios-doença acidentários concedidos entre 2010 e 2012 foi de 8.138. Só em 2013, entre janeiro e outubro, cerca de 2 mil trabalhadores do setor receberam o benefício.

ACONTECEU NO SENADO

Congresso Nacional abre trabalhos legislativos de 2014

Presidente do Senado pediu que parlamentares não antecipem pauta eleitoral

Na abertura dos trabalhos de 2014 no Congresso Nacional, o presidente do Senado, Renan Calheiros, convocou os parlamentares a priorizarem a agenda legislativa, sem antecipar a pauta política prevista para o segundo semestre. Renan também cobrou a conclusão da reforma política e a urgência na votação de projetos como o que define o novo indexador para o

refinanciamento da dívida de estados e municípios com a União.

O presidente do Senado fez um balanço das medidas de economia adotadas na Casa em 2013, a exemplo do corte dos valores acima do teto salarial e a extinção de 30% das funções comissionadas.

Na mensagem em que se dirigiu ao Congresso, a presidente da República, Dilma

Rousseff, avaliou que "o Brasil tem superado a crise financeira mundial sem sacrificar a população". Dilma destacou a parceria com os líderes dos partidos no Congresso para reduzir a necessidade de financiamento da Previdência Social e as despesas com pessoal. A presidente lembra, na mensagem, que essas medidas são importantes para o controle da inflação.



Ministro Mercadante entrega a Renan a última mensagem presidencial do atual governo

REDUÇÃO DAS DÍVIDAS DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS FICOU PARA MARÇO

Em reunião com o presidente do Senado, Renan Calheiros, lideranças partidárias e governadores, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, pediu aos senadores que adiassem a votação da proposta que trata da dívida dos estados, em função do momento de turbulência na economia mundial. A aprovação do projeto, segundo Mantega, pode trazer dúvidas quanto ao desempenho fiscal de estados e municípios.

Depois de muita discussão,



Mantega defendeu o adiamento da votação

o Plenário rejeitou a retirada de emendas apresentadas pelo senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ao projeto que muda o indexador da dívida dos

estados. Assim, o PLC 99/2013 voltará ao exame das Comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Econômicos.

O líder do PSDB, senador Aloysio Nunes Ferreira (SP), criticou a postura da base do governo de votar contra o requerimento. Já o líder do governo, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), tranquilizou os colegas parlamentares dizendo que o projeto tem 30 dias para voltar ao Plenário.

COMISSÃO OUVI CHANCELER



José Cruz/Agência Senado

A primeira audiência pública da Comissão de Relações Exteriores em 2014 debateu a situação da política externa brasileira com o chanceler Luiz Alberto Figueiredo.

Figueiredo disse que pretende aumentar a qualidade dos serviços consulares prestados aos brasileiros no exterior. O ministro também defendeu mudanças no funcionamento do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e afirmou que o Mercosul é um instrumento de promoção da estabilidade política na região.

REFORMA DO CÓDIGO PENAL

O relatório final da comissão temporária que examinou a proposta de reforma do Código Penal Brasileiro (PLS 236/2012) foi entregue ao presidente do Senado, Renan Calheiros. O texto agora será analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O relator da comissão, senador Pedro Taques (PDT-MT), observou que foram registradas mais de 800 emendas e apensados mais de 140 projetos de lei ao texto do novo código. O colegiado também examinou milhares de sugestões de cidadãos. Taques frisou que o atual código, em vigor desde 1942, está em descompasso com a sociedade de hoje.

ALERTA EM REFRIGERANTES

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou projeto (PLS 196/2007) que exige mensagem de alerta nas embalagens de bebidas açucaradas, como refrigerantes e sucos, sobre os males à saúde causados pelo consumo excessivo desse tipo de produto.

REGIONALIZAÇÃO DAS UTIs

Projeto (PLS 233/2012) aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais atribui competência aos gestores estaduais do Sistema Único de Saúde para participar da organização dos serviços de terapia intensiva (as chamadas UTIs), emergências, urgências e atendimento móvel de urgência.

RESERVA FLORESTAL EM RONDÔNIA

Projeto que reduz de 80% para 50% o percentual mínimo de vegetação nativa que deve ser mantido como reserva legal nas fazendas em área de floresta em Rondônia foi aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A proposta segue agora pela Comissão de Meio Ambiente.